

LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

Tudo azul

Desde o início do ano, a administração do prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) tem feito de tudo para apagar as cores adotadas pela antiga administração. O site da Prefeitura de Jundiá é um exemplo. Por lá, hoje em dia, predomina a cor azul marinho, assim como nos uniformes escolares. Até o brasão foi remodelado. (NS)

Visita

Em clima descontraído, o ex-secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia Marcelo Cereser circulou, nesta semana, por seu antigo expediente, no sexto andar do Paço Municipal. O atual gestor da pasta, Messias Mercadante de Castro, recebeu Cereser ao lado do diretor de Fomento à Indústria, Gilson Pichioli, que, aliás, está na função desde a administração anterior. (NS)

Outros planos

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva informou ao comando do PT que não se candidatará à presidência do partido. Lula tomou essa decisão após uma reunião com petistas. Prevalece, segundo correligionários, a opinião da assessoria jurídica do ex-presidente e diretores do Instituto Lula. Ele chegou a autorizar a articularção em torno de seu nome, mas recuou.

Miguel disse sim

O deputado federal Miguel Haddad (PSDB), assim como outros 230 deputados federais, votou pelo sim, ontem à noite, na Câmara dos Deputados, em Brasília, na aprovação de um texto de 19 anos que prevê a terceirização irrestrita e sem limites não apenas em empresas privadas mas também no serviço público. O texto segue para sanção do presidente Temer. Caso aprovado, a terceirização passa a valer para todas as atividades de uma empresa. (TS)

Líbano

O vereador e líder do PSDB na Câmara de Jundiá, Faouz Taha, foi convidado a comparecer em sessão solene, hoje, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) para recordar os 12 anos da morte de Rafik Hairi, ex-primeiro-ministro do Líbano, muçulmano e referência para os libaneses e seus descendentes no Brasil. A sessão solene será iniciada às 20 horas no plenário 'Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira'.

Mais um machista

O relator do projeto aprovado na quarta-feira (22) que regulamenta a terceirização no País, deputado federal Laércio Oliveira (SD-SE), afirmou que a maioria dos trabalhadores no País do setor de asseio e conservação é do sexo feminino porque "ninguém faz limpeza melhor do que a mulher". A aprovação foi polêmica não só pelas críticas da oposição, para quem a medida representa um claro salvo-conduto para a precarização da mão de obra no País, mas também pela pouca adesão dos deputados.

▶ ENTRE DOIS MUNDOS

Márcio Cabeleireiro (PMDB) questiona falta de abastecimento de água em parte varzina do Núcleo Balsan

Vereador aciona MP para solucionar falta de água

LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

O problema de falta de abastecimento de água em parte do bairro Núcleo Balsan, pertencente à Várzea Paulista, tem mais de 22 anos, mas agora está nas mãos do Ministério Público do Estado. O processo foi encaminhado pelo vereador de Jundiá, Márcio Cabeleireiro (PMDB), que chegou a fazer reuniões com representantes das duas cidades envolvidas para se buscar uma solução. Falta de regularização emperra ações.

Os afetados são cerca de 200 famílias residentes no final da avenida Carlos Ângelo Mathion, que corta o Núcleo Balsan e termina na área de Várzea Paulista. O terreno, não regularizado, não conta com abastecimento de água, mas os demais serviços como correios, luz e saúde são fornecidos por Jundiá. "As famílias estão sem água há mais de 12 dias. Lá as pessoas têm poços ou usam a rede da DAE, que chega próximo", conta o vereador.

Segundo Márcio Cabeleireiro, quando o atual prefeito de Jundiá, Luiz Fernando Machado (PSDB), era deputado federal, conseguiu uma verba de



NO PREJUÍZO O cabeleireiro Carlos Ângelo Mathion não consegue trabalhar por falta de água em seu salão, há vários dias

R\$ 350 mil para a solução do problema do bairro. O dinheiro foi encaminhado para a Prefeitura de Várzea Paulista, no entanto, nada foi realizado no local, segundo o vereador. "Fizemos até um projeto para a regularização do lugar pelo programa Cidade Legal, e também não tivemos retorno. As pessoas querem se regularizar e ter acesso aos serviços com

qualidade e regularidade", resalta o vereador.

Ainda de acordo com o parlamentar, a solução do impasse sempre esbarra na responsabilidade. "A DAE até tenta ajudar, mas ali, administrativamente, não é de Jundiá. A Sabesp, que é a empresa responsável pelo abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto de Várzea, afirma

que não consegue atender, mas não detalha o motivo. Aquela população fica prejudicada", sinaliza.

Expectativas

Em nota encaminhada pela assessoria de imprensa, a Prefeitura de Várzea Paulista informa que "já inscreveu o bairro no programa estadual Cidade Legal. Uma empresa contra-

tada pela Secretaria Estadual da Habitação já realizou o levantamento topográfico da área e o governo municipal segue com os esforços para a regularização fundiária do bairro, de acordo com os trâmites necessários."

Ainda de acordo com nota, "a área, apesar de pertencer à cidade, foi ocupada irregularmente e, por isso, ainda não dispõe de benfeitorias indispensáveis para a execução dos serviços de pavimentação e drenagem (saneamento básico). Até que essas questões sejam sanadas, a Prefeitura fica impedida de dar uso apropriado para a emenda, que segue depositada em conta específica e poderá ser devolvida, caso as condições apropriadas para sua execução não sejam alcançadas no tempo oportuno." A DAE Jundiá, informou, por nota encaminhada, "que não foi oficialmente comunicada sobre este processo, motivo pelo qual não tem conhecimento sobre o teor do mesmo."

A Sabesp informa que "tem pronto o estudo de concepção da infraestrutura de saneamento básico para o Balsan. Sua implantação, contudo, depende da conclusão do processo de regularização do bairro e da definição do custeio das obras demandadas."

▶ AO TSE

Marcelo Odebrecht diz que Dilma sabia de todas as doações por caixa 2

O empresário Marcelo Odebrecht, ex-presidente da empreiteira Odebrecht, afirmou em depoimento ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no início de março que a ex-presidente Dilma Rousseff sabia da "dimensão" das doações por meio de caixa 2 feitas pela empresa à campanha da petista à reeleição.

O executivo falou ao TSE como testemunha nas ações que tramitam no tribunal pedindo a cassação da chapa Dilma Rousseff-Michel Temer por suposto abuso de poder político e econômico na eleição presidencial de 2014. Em nota, a ex-presidente

Dilma negou as informações, chamou a declaração de "leviana" e pediu que o empresário comprove o que disse ao tribunal.

Ao ser questionado pelo juiz auxiliar Bruno César Lorenzini sobre se teria conversado com Dilma a respeito da campanha de 2014, Marcelo Odebrecht negou.

Ele, porém, disse que a então presidente e candidata à reeleição sabia da "dimensão" das doações e que os pagamentos não constavam da prestação de contas do PT.

"A Dilma sabia da dimensão da nossa doação, e sabia que nós éramos quem doávamos,

quem fazia grande parte dos pagamentos via caixa dois para João Santana. Isso ela sabia", disse Odebrecht no depoimento.

Questionado novamente sobre as doações, dessa vez pelo ministro Herman Benjamin, Marcelo Odebrecht afirmou:

"O que Dilma sabia era que a gente fazia, tinha uma contribuição grande - a dimensão da nossa contribuição era grande, ela sabia disso - e ela sabia que a gente era responsável por muitos pagamentos para o João Santana. Ela nunca me disse que sabia que era caixa 2, mas é

natural, é só fazer uma... ela sabia que toda aquela dimensão de pagamentos não estava na prestação do partido", disse o empresário.

Ele reiterou, em outro momento do depoimento, que nunca ouviu de Dilma que ela sabia que os repasses eram feitos de forma irregular.

"Eu não sei especificar o momento em que eu tive essa conversa com ela, mas isso sempre ficou evidente, é que ela sabia dos nossos pagamentos para o João Santana. Isso eu não tenho a menor dúvida", complementou. (Das agências)

▶ CONCESSÃO

Terminais portuários leiloados

A Petrobras ganhou a disputa pela concessão de dois terminais portuários em Santarém (PA), leiloados nesta quinta-feira (23) pelo governo federal na Bovespa, em São Paulo.

É o segundo leilão realizado pelo governo neste mês dentro do plano de concessões lançado pelo governo do presidente Michel Temer em setembro de 2016. Na semana passada, o governo concedeu quatro aeroportos. Três empresas estrangeiras venceram a concorrência.

Os dois terminais de combustíveis renderam ao governo outorga (espécie de aluguel pelo uso) total de R\$ 68,2 milhões, valor pouco mais de três vezes superior ao mínimo estipulado. As empresas terão que investir ainda outros R\$ 30 milhões em obras e compras de equipamentos. Os contratos devem ser assinados no próximo semestre pela Antaq (Agência Nacional de Transporte Aquaviário).

Esses terminais são usados para a distribuição de combustível em parte da região amazônica. Dos dois terminais que estavam em disputa, houve concorrência por um deles. A Petrobras Distribuidora venceu a Aba Infra-estrutura e Logística e a Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo. Para o outro, só a estatal apresentou proposta. (AB)

▶ ILEGAL

Governo estuda excluir apenas policial civil e professor da nova Previdência

A retirada dos servidores estaduais e municipais da reforma da Previdência, anunciada pelo presidente Michel Temer nesta semana, esbarra na Constituição, segundo técnicos do próprio governo federal. Equipes da área econômica do governo e de consultores do Congresso Nacional ainda procuram uma solução para encaixar a orientação do presidente, que, segundo a biografia do Palácio do Planalto, é considerado um dos maiores constitucionalistas do País.

Como o projeto já foi enviado à Câmara pelo Executivo,

a mudança tem de ser incluída na proposta pelo relator do texto, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA). A Constituição estabelece, atualmente, que cabe à União definir as regras gerais de Previdência de servidores públicos.

Das três alternativas em análise, é considerada mais segura juridicamente a retirada da PEC das mudanças nas aposentadorias de policiais civis e professores. Ao deixá-los de fora, as regras simplesmente permaneceriam da forma que são hoje.

Outra proposta em estudo é remeter a legislação exclusi-

vamente de policiais civis e professores aos Estados, o que deixaria para os entes a função de promover alterações nas regras de Previdência dessas categorias.

O terceiro cenário, considerado pela área técnica como o alvo mais provável de questionamento na Justiça, é exatamente o modelo anunciado pelo presidente: remeter as regras de todos os servidores estaduais e municipais vinculados a regimes próprios de Previdência aos governos locais.

Atualmente, a Constituição estabelece que cabe à União e aos Estados "legislar

concorrentemente" sobre Previdência Social. Isso significa que a União faz as regras gerais, enquanto os outros entes podem tratar de especificidades, como alíquota de contribuição.

A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público já divulgou nota em que diz que a medida anunciada por Temer "constitui grave violação constitucional". Segundo o entendimento deles, os membros do Ministério Público e os juizes federais e estaduais devem estar submetidos às mesmas regras. (FP)